CULTIVAR O CAMPO, SEMEANDO EDUCAÇÃO – REALIDADES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARANAENSE

CULTIVATE THE FIELD, CROPPING EDUCATION - REALITIES AND CHALLENGES IN PARANÁ FIELD EDUCATION

Juliana Wilse Landolfi Teixeira de Carvalho – Graduanda de Geografia UFPR

Luciano Augusto Mysczak – Graduando de Geografia UFPR

ju_wlt@hotmail.com

lucianomm84@gmail.com

Resumo: Este artigo trata a respeito do tema Educação no Campo, que é proposta de um novo modelo pedagógico apropriado aos espaços rurais. Ao longo do artigo, procuramos esclarecer os principais aspectos do tema, abordando brevemente questões conjunturais históricas que acabaram estigmatizando e criando mitos a respeito do meio rural. Muito tem se discutido a respeito da questão agrária brasileira e dos desafios urbanos agravados com o êxodo rural no século anterior. No cerne dessas discussões está o debate pela educação brasileira. Apesar de o Brasil ser historicamente constituído em sua base pela agricultura, apenas recentemente tem se discutido um modelo pedagógico adequado as especificidades dos povos do campo e, tendo em voga o tema sustentabilidade, a Educação Do Campo contempla essa perspectiva com uma pedagogia ligada a terra e aos costumes tradicionais. Este artigo encaixa-se no debate das questões agrárias e da educação brasileira. Projetos como esse estão tomando consistência e possibilitando o desenvolvimento sustentável do campo, causando uma mudança de

paradigmas na relação entre Campo e Cidade.

Palavras –Chave: Educação no Campo, Camponês, Especificidades, Realidades.

Abstract: This article is about Field Education, which is proposing a new pedagogical model suitable to rural areas. Throughout the paper, we seek to clarify the main aspects of the subject, addressing short conjectural history questions that have just branding and creating myths about rural areas. Much has been discussed about Brazilian agrarian and urban challenges aggravated by rural exodus in the previous century. At the heart of these discussions is the question about Brazilian education. Although Brazil has historically been made at its base for agriculture, only recently has discussed an appropriate pedagogical model to the specificities of the peasant, given that nowadays there is much talk about sustainability, Field Education addresses this perspective with a pedagogy linked to land and traditional customs. This article fits in the discussion of land issues and education in Brazil. Projects like this are taking consistency and enabling the sustainable development of Rural, causing a paradigm shift in the relationship between country and city.

Key Words: Field Education, Peasant, Specifics, Realities.

CULTIVAR O CAMPO, SEMEANDO EDUCAÇÃO – REALIDADES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO PARANAENSE

Um novo século se inicia, trazendo consigo grandes e importantes desafios à humanidade. Um deles é o de superar as contradições sociais e as crises que

se instalam. Enquanto desvelam-se a crise econômica dos mercados mundiais, a crise financeira de muitas famílias, a crise ecológica, política, “alastram-se e aprofundam-se males morais e espirituais, como os egoísmos, os cinismos e a corrupção.“ (SANTOS; MILTON, 2007, p.19)

Generalizam-se também novas enfermidades, como a fome, o desabrigo, o desemprego, a mortalidade infantil, a desigualdade social. “O Brasil é um exemplo de país contraditório, com imenso potencial humano e de biodiversidade, mas com excessiva concentração de renda e altos níveis de pobreza”. (DCE, 2010, p.14)

No Brasil, parte significativa da população convive com a ausência de perspectivas de melhora de vida e com a escassez de serviços básicos, tais como saúde, educação, segurança e trabalho, serviços e direitos que devem ser assegurados pelo Estado. Milhares de brasileiros convivem como o descaso político. Cabe-nos, no entanto, compreender que tais contradições são resultado de um longo processo conjuntural histórico complexo. (DCE, 2010, p.14)

O grande desafio que nos é posto enquanto humanidade é o de escrever novas histórias, pautadas na superação de contradições. Olhares geográficos podem se voltar a cada um dos ambientes contraditórios, tendo em vista que a Ciência Geográfica é muito bem vinda para ajudar nos problemas da sociedade.

Dentre as contradições existentes no Brasil, tem presença a questão agrária, uma questão que é eminentemente histórica (DCE, 2010, p.14). O objeto de estudo deste artigo é justamente uma das políticas publicas do espaço rural silenciadas ou deixadas por tempos à margem. Nosso objeto de estudo é a Educação no Campo. Educação que é

> *Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo. (DCE, 2010, p.09)*

A Educação no Campo se caracteriza também como uma possível alternativa de superação de contradições citadas acima. Cunhada pelos movimentos sociais, a Educação no Campo busca a emancipação do sujeito camponês, valorizando suas características culturais e incutindo nele um olhar critico transformador para a sua própria realidade.

A educação é um direito universal assegurado pela Constituição Brasileira e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir desta premissa cabe-nos buscar saber se este direito é assegurado no ambiente de nosso objeto de estudo, o Campo.

Campo este que abriga uma infinidade de riquezas naturais e culturais. Campo que abriga o espaço da fertilidade da terra e também a fertilidade dos saberes que a ela se aplicam. Campo da diversidade de povos sejam eles indígenas, agricultores, assalariados, assentados, acampados ou remanescentes de quilombos, povos que compõe um espaço físico de singularidades.

Para orientar o estudo proposto, traçamos os seguintes objetivos: conceituar Educação no Campo; discorrer a respeito de sua trajetória no Brasil; retratar a situação da presente educação no campo paranaense.

Dentre os procedimentos metodológicos adotados está, em primeira instancia, a fundamentação teórica, obtida em livros, artigos, documentários e vídeos educativos. Está também a análise de leis e documentos oficiais, tais como a

LDB (1996) e as Diretrizes Curriculares da Educação no Campo do Estado do Paraná (2010). Fazem parte da construção deste artigo também entrevistas com membros da ACAP (Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária da Paraná), da CEC (Coordenação de Educação no Campo) que se constitui em um núcleo da SEED (Secretaria de Estado da Educação no Paraná).

Conceito

Educação, como já citado acima, é um direito de todos, assegurado pela Constituição Brasileira. Ela é definida como apropriação de cultura, formação do homem e amadurecimento do individuo (ABAGNANO; NICOLA, 2007, Pg.358). A educação como direito, de acordo com Arroyo (2009), coloca-se no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana.

De acordo com Souza (2005, p.02), educação é o processo de apropriação de cultura pelo qual os indivíduos passam. Ela é tida como elemento capacitor de formação e transformação dos sujeitos que à ela são submetidos. Educação engloba todas as etapas do ensinar e do aprender e é exercida nos mais diversos espaços de convivo social. É, no entanto, na escola que se concretiza a educação formal.

A escola é mais um lugar onde se educa. Ela é a responsável pela sintetização dos processos educativos e pela elaboração de um projeto pedagógico que dê aos seus alunos instrumentos tecno-cientificos para interpretação e intervenção na realidade (ARROYO; MIGUEL, 2009, p.78).

O Campo se refere aos espaços rurais, de atividades primárias como produção agropecuária e extrativismo. Em cada região essas atividades apresentam

formas e características distintas no modelo ou nível desenvolvimento, podendo ser associadas ao campesinato ou ao agronegócio. Variam muito de acordo com a geografia, sobre tudo considerando os fatores como: clima, cultura, economia e educação.

Além de um espaço de produção econômica, o Campo é um lugar de geração de vida, culturas e conhecimentos tradicionais ligados a terra, é um lugar de singularidades, são espaços compostos por relações especificas entre familiares e de vizinhança, onde o trabalho é vinculado com a terra e com meio ambiente. Hoje, se reconhece que o campo não esta parado, que o campo esta vivo, que "há mais vida na terra do que no asfalto da cidade" (ARROYO; MIGUEL, 2009, p.68).

O Campo brasileiro carrega consigo marcas históricas do processo de colonização e ocupação do território, que ocorreu sob resistência e luta dos índios, escravos e camponeses, estes que ajudaram a configurar o espaço rural brasileiro com um espaço de paradigmas e singularidades.

A educação que se concretiza no espaço do Campo vem significar que o individuo tem o direito de ser educado no lugar onde vive e tem direito à uma educação pensada à sua realidade. Vem significar também que a escola que esta no campo deve dar conta da educação básica como direito a ao saber de qualidade (ARROYO; MIGUEL, 2009, p.71).

Em qualquer região do mundo a diversidade cultural, econômica e social são intrínsecas a conjuntura e a história. Diante dessa diversidade se faz necessário um planejamento para atender as demandas e especificidades de cada lugar.

Ao conceito de Educação no Campo, se faz necessária uma compreensão voltada a realidade camponesa e a partir das particularidades desses povos.

Assim como está referendada nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

> *A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (MEC, 2002, p.37)*

Cabe-nos ainda elucidar a diferença que se dá entre a Educação Rural e a Educação no Campo. A Educação Rural surge a partir das primeiras décadas do século XX e tem perspectiva latifundista empresarial. Neste caso aprende-se que o campo é um espaço de produção econômica e reprodução do capital. Em contrapartida, a Educação no Campo, como já citado anteriormente, tem seu sentido cunhado nos movimentos sociais. Concebe-se o Campo como espaço de trabalho, vida social e produção cultural. A diferença crucial entre as duas modalidades é a abordagem pedagógica à elas aplicada.

Histórico da Educação no Campo no Brasil

Segundo Darcy Ribeiro (1978, p.17), o Brasil "surgiu como uma espécie de subproduto indesejado e surpreendente de um empreendimento colonial, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café e, sobretudo, gerar lucros exportáveis". Na época do Brasil Colonial, nosso país foi de interesse extrativista, como uma empresa agrícola no intuito de manter as elites, sobre tudo européia.

Vemos assim que a acumulação primitiva do capital europeu, segundo Karl Marx, foi abastecido graças a exploração da América Latina. Na visão da economia mercantilista, para as atividades extrativistas não havia necessidade da socialização do conhecimento científico, por isso durante quatrocentos anos não houveram projetos educacionais para o rural no Brasil, isto só veio a acontecer no século XX. Vale ressaltar que no presente século, muitos ainda tem a imagem de que “para mexer com a enxada não há necessidade de muitas letras”. (ARROYO; MIGUEL, 2009, p.71)

O tema Educação sempre esteve presente nas constituições brasileiras. No entanto a educação para a população do meio rural esteve ausente nos textos constitucionais de 1824 e 1891, mesmo sendo o Brasil um país essencialmente agrário. A inserção da Educação no Campo como política pública na agenda política é extremamente recente, como veremos mais a frente.

Os primeiros anos da educação brasileira era inicialmente um privilégio das elites. Logo mais, em 1934, com a massificação da educação, ela passou a ser planejada da elite para a massa, que era em sua infinita maioria composta pela classe proletária, camponesa e politicamente excluída. Não sendo vista como prioritária ao desenvolvimento humano e social da nação, a educação brasileira desenvolveu-se inicialmente como uma política pública marginalizada.

De acordo com a visão mercantilista da elite brasileira, acreditava-se que a escolarização do camponês não se fazia necessária devido à natureza das atividades realizadas nos espaços rurais. Para desenvolver seu trabalho agrícola, não precisaria aprender a ler e a escrever.

Em função disso, consta-se a existência de espaços rurais desamparados pelo poder do Estado. Espaços que tiveram desvantagem com relação à atenção que

se dava ao desenvolvimento urbano, sobretudo por que áreas urbanas recém industrializavam-se. As condições precárias do campo somadas ao emergente desenvolvimento da indústria, que criava abundante demanda de mão de obra, impulsionaram fortes movimentos migratórios em direção às cidades.

Com o intuito de frear este movimento e de fixar o homem ao campo surgiram, na década de 1930, as primeiras políticas pedagógicas para o meio rural. Somente em 1934 a constituição garante pela primeira vez o direito a educação fundamental a todos. Isso aconteceu em função da ação de um movimento internacional pela educação, conhecida como Escolanovista, que reivindicava uma educação para a cidade e para o campo. Foi neste contexto que surgiu a educação rural em paralelo à educação urbana.

Nessa época o Brasil já se constituía como República. Em função disso, tinha novos interesses e, sob o modelo capitalista de desenvolvimento, possuía uma demanda agrícola. Não era mais um momento de submissão e exploração e sim um momento de expansão da produção agrícola para o país. Reivindicava-se então, a existência de uma formação técnica que desse conta desta nova e crescente demanda de mercado.

Assim, sob influência das políticas estadunidenses, o Estado brasileiro voltou seus olhares à elaboração da estrutura educacional rural, pautando-se na contemplação dos interesses das indústrias recém chegadas no país.

A partir daí a educação que se desenvolveu no espaço rural, passou a ter uma perspectiva latifundista-empresarial e a conceber o campo como espaço de produção econômica e reprodução do capital. Ela foi pensada a partir dos modelos urbanos de educação, voltada à formação tecnicista e ao mercado de trabalho, a fim de atender as demandas crescentes do mercado agroindustrial.

Assim, a educação rural passa a ser definida pelos interesses intrínseco da demanda mercadológica.

Com isso, houve um estímulo ao êxodo rural, tendo em vista que a cidade continha uma grande demanda de operários para as fábricas recém instaladas. Por conseqüência, o modelo pedagógico urbano criou e carrega alguns mitos e estereótipos, tais como: o ensino rural é uma preparação para se chegar à cidade; o rural é sinônimo de atraso; o olhar sobre os sujeitos do campo deve ocorrer de forma folclórica e inferiorizada. Porém é importante destacar que o Rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo de modernidade (GRAZIANO; JOSÉ, 2007). É preciso edificar a consciência de que não existe saber mais ou saber menos: existem saberes diferentes.

Anos mais tarde, nota-se, contudo, que a população em geral priorizava as formações técnicas voltadas a indústria, e expressavam um certo preconceito as formações ofertadas e voltadas a esfera agrícola.

Voltando à cronologia, vale ressaltar que na década de 1960 a LDB 4024/61 deixou a educação rural a cargo dos municípios. Foi nessa mesma é época que Paulo Freire ofereceu contribuições significativas a educação popular, especialmente a alfabetização de jovens e adultos.

É apenas na Constituição Brasileira de 1988, com o Artigo 208, que fala-se efetivamente em uma educação no campo, voltada à cultura e às especificidades de cada lugar:

> *Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar*

própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Essas novas diretrizes de 1996 permitiram às escolas do campo um currículo autônomo e diverso, podendo incluir a contextualização da realidade rural. Porém, de certa forma ainda alinhados às escolas urbanas.

Foi apenas no final da década de 1990 que espaços públicos de debate sobre educação no campo foram efetivados. A exemplo, temos o primeiro ENERA (Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária) e também a primeira Conferencia Nacional Por Uma Educação Básica No Campo, realizada em 1998. A partir da realização de tais espaços de debate, que são conquista das lutas dos movimentos sociais, o poder publico passou a reconhecer a necessidade de pensar uma legislação de educação específica aos povos do campo.

O Estado do Paraná

No Paraná, a trajetória da educação no campo não foi diferente do restante do país. Durante muitos anos a educação no campo foi precarizada, repetindo os erros e problemas já citados anteriormente. Foi em 1993 que o poder público voltou seus olhares às demandas da educação do campo paranaense, criando a Coordenação de Educação do Campo (CEC/SEED-PR), equipe hoje composta por 07 integrantes.

À esta coordenação cabe dar atendimento e acompanhamento pedagógico. Pedagogia é a forma com que se conduz a formação do ser humano. Quando se fala em matrizes pedagógicas, identificamos algumas práticas fundamentais neste processo de humanização das pessoas. (CALDART; ROSELI, 2000, p.33)

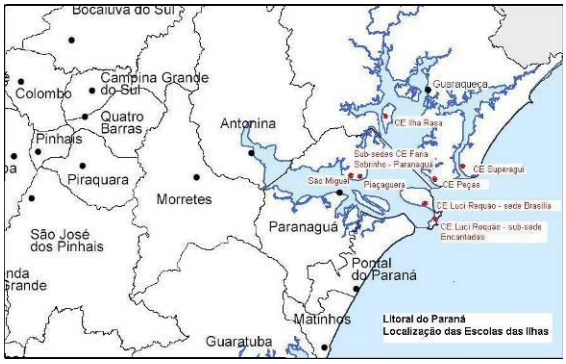
O Estado do Paraná abriga em seu território povos de grande riqueza cultural. Distribuídos em seus 399 municípios, possui 14 áreas de remanescentes de quilombos, 44 faxinais, 04 etnias indígenas distribuídas em 14 terras indígenas, possui também ilhéus, conforme figura 01. Possui ainda 60 acampamentos, 311 assentamentos (conforme figuras 02 e 03) e 400.000 trabalhadores assalariados bóias frias. (DCE, 2010, p.41). Elaborar um projeto educacional para o campo paranaense compreende olhar atentamente e reconhecer as necessidades e características de cada um destes povos.

Figura 01 – ITCG 2010 – disponível em WWW.itcg.pr.gov.br

Figura 02 – ITCG 2010 – disponível em WWW.itcg.pr.gov.br

Figura 03 – ITCG 2010 – disponível em WWW.itcg.pr.gov.br

De acordo com a CEC, o Estado conta com 585 escolas estaduais localizadas no campo, sendo 11 escolas itinerantes (figura 05). Existem 07 escolas de ilhas (figura 04), porem todas as 07 são municipais.



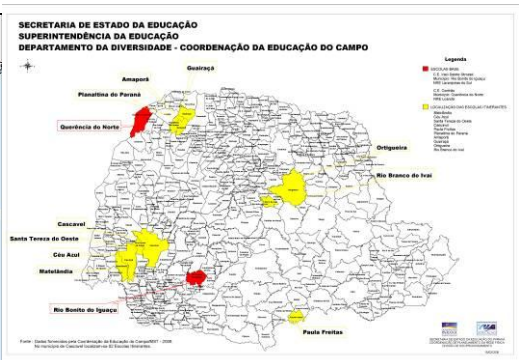


Figura 04 – SEED CEC 2008

Figura 05 – SEED CEC 2008

O Paraná é hoje referencia nacional para Educação no Campo. Isto se da em função de sua intensa caminhada em curto tempo e também em função do bom diálogo com os movimentos sociais. Embora o Estado apresente os melhores resultados nacionais no Ideb, apresenta ainda inúmeras dificuldades e desafios a serem superados.

O primeiro e maior desafio é o de levar às escolas localizadas em áreas rurais a compreensão do novo conceito de Escola no Campo, uma escola que valoriza o sujeito do campo e que o faz perceber que ele não é submisso nem atrasado. O termo Escola Rural, ainda predominante no Estado, possui, de acordo com a Coordenadora da Ed. No Campo do PR em entrevista, nomenclatura de caráter negativo. O próprio homem do campo, por vezes, faz menção à inferioridade à sua escola. Durante este ano de 2011 estão sendo abertos os processos para mudança de nomenclatura das escolas para Escolas do Campo. À este primeiro grande objetivo não cabe apenas mudar o nome, mas mudar o projeto e também a ação Político e Pedagógica de cada escola.

O segundo grande desafio esta na formação de diretores, pedagogos e professores que trabalhem em prol de uma escola de qualidade e pela formação de indivíduos mais questionadores. Cerca de 50 encontros de formação de

profissionais já foram realizados neste ano em diferentes regiões do Estado.

No plano material, faltam, em muitas escolas, uma boa estrutura física, laboratórios, internet, materiais didáticos próprios para o Campo e, no caso das escolas itinerantes, recursos básicos como água e luz. É precário também, para muitos alunos, o transporte ate a escola, tendo em vista que muitos moram muito afastados do lugar onde estudam.

Em entrevista perguntamos à Coordenadora de Ed. Do Campo do PR se era possível identificar onde estavam as Escolas do Campo e as Escolas Rurais em nosso Estado. Ela nos respondeu que não, pois apesar de a proposta pedagógica ter sido colocada à todas as escolas e os cursos de formação se estenderem a todas as 32 NRE´s, não há como saber qual a aplicabilidade e compreensão do projeto em cada escola. Cabe ainda uma reflexão a respeito da responsabilidade social dos próprios sujeitos do campo em construírem uma escola e educação de qualidade, pois “não há escolas do campo em um campo sem perspectivas.” (CALDART; ROSELI, 2000, p.40).

Cultivar o Campo, Semeando Educação

Para cultivar os valores do campo e cultivar as pessoas que nele moram, é preciso semear a educação, a fim de que se possa lutar por condições melhores de vida. À luz de Paulo Freire, acreditamos que é preciso trilhar as andarilhagens históricas às quais nos propomos a lutar para que se obtenha um mínimo de transformação. Transformação que deve acontecer como forma de recuperação do atraso histórico e compensação dos desprivilegios acometidos contra os povos tradicionais do campo, estes que durante séculos permaneceram marginalizados nas políticas de desenvolvimento social,

econômico e cultural do Estado. Estes que nas cidades são geralmente vistos como caricaturas, escrachadas em muitas festas juninas e livros didáticos, caipiras, atrasados e desprovidos da cultura urbana, moderna e tecnológica.

Sabendo que não basta somente a construção de escolas no campo, é preciso construir uma pedagogia apropriada à realidade de seu publico, seja ela no campo ou na cidade.

“A escola não move o campo, mas o campo não se move sem a escola.” (CALDART; ROSELI, 2000, p.40). Em outras palavras, a escola sozinha não é capaz de transformar a realidade, mas pode ajudar na formação de sujeitos capazes de transformarem a si mesmos e suas realidades.

Outrora se preconizava que o espaço rural, uma hora ou outra iria pertencer às empresas agrícolas, vê-se, no entanto, a agricultura familiar se fortalecendo, se colocando de maneira pujante. Incorporam a demanda e sem deixar de lado seus valores, tradições e cultura regionais ou hereditárias. (TOMAZ; ANTONIO, 2008)

A origem da educação no campo tem seu sentido e princípios cunhados nos movimentos sociais, valores relacionados à vida na terra, e a concepção de campo como espaço de trabalho, vida social e produção cultural. A educação é pensada e elaborada de acordo com as características do povo local, levando em conta a diversidade sociocultural e a identidade do camponês. Ela se utiliza desses desafios para fortalecer cada vez mais a educação escolar no campo, pois consideram como premissa básica que o povo tem direito de ser educado no lugar que vive, e direito a uma educação pensada para o seu lugar, com a sua participação e inserção social, isto é, um modelo educacional pensado no campo, pelo campo, para o campo. Buscam uma geografia mais generosa em

um espaço mais justo, ou seja, organizada em função do interesses dos homens e não do capital.

Dentre os conteúdos e diretrizes da educação no campo, podemos citar: agroecologia; resgate de valores sociais e não econômicos; ligação com os valores latinos nas escolas através da rede de integração das escolas e desenvolvimento sustentável do campo. Busca criar e se afirmar como um novo modelo pedagógico, social, cultural e agroecologicamente sustentável. O modelo fundamentado em três dimensões: ambiental, política e cultural. Assim como nos movimentos sociais, é muito presente a mística e a utopia introduzidas na didática, com músicas e poesias. Vejamos:

> *Professor tem que ser militante, ensinar dentro da realidade. A importância da reforma agrária e aliança do campo e cidade. Discutindo as tarefas da escola, ensinando como plano quer. Ir gerando sujeitos da história, novo homem, nova mulher. Discutindo cooperativismo, o avanço da organização. É na vida do assentamento que a acriança aprende a lição (MÚSICA DO MST – autor desconhecido)*

Esses dois elementos (mística e utopia) se fazem fundamentais na concretização e no desenvolver dos planos de aula aplicados, e são o que provavelmente mantém o espírito de luta pela terra, e esperança de justiça social.

Quanto à formação dos professores nos moldes urbanos, a docência geralmente apresenta resquícios da formação obtida em tal modelo, como a não valorização às especificidades do campo (valores morais, culturais, costumes, etc). Por isso é necessária uma formação especifica para os professores que vão atuar no campo. No Brasil ainda é bastante falha, há propostas ainda muito espacialmente pontuais, ou seja, falta um projeto de abrangência nacional. E é

por falta de uma política educacional bem definida, que a educação brasileira se configura como urbana. Muitas escolas transportam os alunos do meio rural para os centros urbanizados e os professores aplicam uma educação na qual os alunos não são inseridos.

A educação rural, ou seja, o modelo de educação urbana estendido ao espaço rural, hoje conjetura-se como um processo fracassado, e a educação no campo, que é uma iniciativa dos movimentos sociais para valorizar e assegurar o homem do campo no campo. Esses modelos de educação são pensados pela Pedagogia da Educação no Campo e posto em prática através das escolas itinerantes, escolas do campo, escolas dos assentados da reforma agrária, dos acampados, dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos ilhados, da agricultura familiar e das escolas indígenas. Esta pedagogia preza por um modelo de educação para assegurar a sustentabilidade da vida do trabalhador do campo, propõe conhecimentos para esse homem atuar no campo. Também visa desmistificar a ideia que o filho que vai se dedicar aos estudos vai embora para a cidade. Esta pedagogia é uma iniciativa nunca considerada por nenhum governo, as escolas de famílias rurais geralmente são iniciativas particulares e não do Estado. No entanto recebem o apoio da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura) e outros movimentos tais como MST e CNBB.

A organização desse modelo pedagógico é variada e adaptada a realidade local, porém há um sistema bastante comum nas organizações dessas escolas. O educando passa por períodos (ciclos) que podem variar de duas semanas ou sazonalmente, um ciclo integralmente dedicado à escola outro em casa, dedicando-se ao trabalho com a família, com a comunidade e com a terra. Assim se estabelece uma relação ESCOLA x FAMÍLIA x CASA x COMUNIDADE,

formando um conjunto educativo. Cabe observar, que caso contrário: se o aluno vive os estudos na cidade, perde o vínculo com o espaço rural, com a família, com a terra, com a comunidade e não consegue interagir nem fazer parte desse conjunto educativo.

Na educação urbana, a estrutura educacional fica geralmente restrita aos muros da escola. E nas propostas de educação no campo a comunidade participa da gestão e até da construção da proposta pedagógica (PPP). E dessa forma toda a comunidade se compromete com a escola, pois assim pretendem juntos garantir a sustentabilidade do seu modo de vida.

O trabalho no campo é de grande importância para o país. Porém a educação do campo e a organização da agricultura familiar - muitas vezes baseadas na agroecologia - são uma alternativa ao sistema vigente, servindo como meio de desenvolvimento sustentável local. Aqui destacamos o mérito da questão: essa proposta não é apenas uma proposta educativa, e sim uma de profissionalização do camponês em agricultor, sendo planejado pelo campo, no campo e para o campo.

Acreditando, assim como Paulo Freire, na educação como instrumento de teoria e prática libertadora, a Educação no Campo é capaz de protagonizar novas formas de organização onde o ator principal será sempre o camponês, o quilombola, ribeirinho, índio, assentado ou o acampado. Com boas escolas, bons professores e ensino de qualidade esses personagens poderão desmistificar velhos mitos e trilhar novas andarilhagens históricas.

Referencias

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARROYO, Miguel G. A educação básica e o movimento social do campo. In: **Por uma educação do campo.** 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Cap.II, p. 67-86.

BENJAMIN, César.; CALDART, Roseli Salete. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Basica no Campo, 2000. Coleção Por Uma Educação Básica no Campo, n° 03.

BRASIL. LDB 9394/96. Brasília, 1996.

CURITIBA. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação no Campo.** Curitiba, 2010.

Diretrizes Operacionais para a Educação básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.

RIBEIRO, Darcy. ***Os Brasileiros.*** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 14.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, José Graziano da. **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro** – Estudos Avançados 15 (43), 2001

SOUZA, Ângelo Ricardo de. et al. Caderno 02: Planejamento e trabalho coletivo. In: **Gestão da escola pública.** Brasília: MEC/Curitiba: EDITORA da UFPR/CINFOP, 2005.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. Revista **Pegada.** V. 9, n. 1, 2008a.